Editores da Coluna Opinião **23-07-2025**

Saúde do Trabalhador e as palavras difíceis

por **Editores do Boletim**

[Boletim Informativo nº 32, abril 2018, Editorial]

Ruídos na comunicação são coisas comuns entre todos nós. Um diz, "mas eu não falei isso", o outro diz "nem eu falei aquilo", e as ofensas seguem com palavras ditas ou não ditas, quem irá saber? Mas pelo menos, entendem-se. Há uma chance de conciliação pela compreensão do que dizem. São quase 7 mil os idiomas falados no mundo. Tem países que tem quase mil 'línguas'. O Brasil tem 'apenas' o português, libras (a língua brasileira de sinais), especialmente voltada para os surdos, e mais 187 idiomas indígenas. A diversidade linguística é um bom sinal de preservação da cultura, da construção dos diálogos entre pessoas que têm identidades comuns e, muitas vezes, sofrimentos e esperanças comuns. Desse modo, respeitar os idiomas é respeitar a história e as identidades de grupos humanos. Por isso, o problema da comunicação não é o idioma, ou a língua de um povo, de um grupo étnico, em si. Também não é problema, no caso brasileiro, que o mesmo idioma seja falado e compreendido por todos, nas ruas, nos becos e botecos, em todas as casas do país, com suas maravilhosas características regionais – os sotaques – que, no caso do Brasil, são graciosos e muito variados sem sair do eixo linguístico central: o português. Português abrasileirado, pode ser, mas considerado como um fenômeno a sua unidade linguística num país de dimensões continentais. Gaúchos e amazonenses, mesmo separados por milhares de quilômetros de distância não precisam de tradutor para conversarem sobre qualquer assunto, seja na beira do Guaíba ou do Rio Negro. O problema, o grande problema, é que dentro do idioma português, alguns privilegiados, os mesmos de sempre, os que tem acesso ao idioma mais 'culto', erudito, o idioma das altas literaturas, das bibliotecas quase inexistentes em nosso país, das escolas superiores inaccessíveis ao povão, das pós-graduações impermeáveis aos que militam nas causas sociais, utilizam seu vernáculo (com o perdão da palavra) para não se fazerem entender pelos analfabetos, os meio-alfabetizados, os mais simples, os excluídos e, até mesmo, os 'incluídos' que não alcançam ou atingem sua retórica (perdão de novo) arrogante, excludente, separatista, discriminatória, pedante, narcisista e incompreensível, para ser mais direto.

O português, hoje falado no Brasil, é dividido em dialetos elitistas, falados para que o povo não entenda. Ou entenda errado. Os idiomas dos que não gostam que o povo entenda o que falam são muitos. Os principais são o juridiquês, o economês, o politiquês, o mediquês, o sanitarês, e, talvez, o que mais atinja a saúde do trabalhador, o academicês. É mais do que sabido que os juízes falam entre si o juridiquês para disputar não o melhor argumento, mas a melhor empolação (esnobismo, ostentação, aparato, pompa, soberba). Há exceções. O economês é o dialeto dos filósofos da modernidade, os sábios do funcionamento do mercado, a quem todos devemos obediência, juras e rezas, mesmo que não entendamos nada do que eles falam. Quase não há exceções. O politiquês é o dialeto dos que não querem ser descobertos em suas intenções. Exceções raras. O mediquês é o dialeto mais antigo, talvez. Há exceções, mas médicos não são formados para ouvir ou curar, são 'treinados' para medicalizar corpos que não têm voz. O sanitarês é o idioma mais próximo da população, dialeto do profissional da saúde pública que fala fácil, até compreensível, mas fala pouco e age menos ainda, pelo distanciamento que mantém com tanto povo por perto. As exceções são bem-vindas. Pois cá, no interior de uma academia, uma instituição que ensina, produz conhecimento e se utiliza da sociedade para fazer suas ciências, o dialeto academicês é o mais pernicioso de todos, pois a população não tem qualquer acesso ao que se fala, ao que se escreve, ao que se diz. Para que se entenda o que se pesquisa, o que se faz, ainda que em prol da população, é preciso recorrer a tradutores na imprensa comum. O dialeto acadêmico é inexpugnável (que não se consegue alcançar). As regras são claras: não se pode ser claro, sob pena de não ser científico. A saúde do trabalhador não precisa de palavras difíceis. Trabalhadores estão adoecendo, como sempre, estão morrendo, como sempre. Nada tem mudado. Nenhum dialeto lhe explica. O juridiquês não lhe aprimora, o economês lhe despreza, o politiquês não está nem aí, o mediquês lhe medicaliza, o sanitarês não lhe reconhece, o academicês lhe passa ao largo. Não é preciso um dialeto próprio da saúde do trabalhador. Apenas se necessita de um português mais claro, de norte a sul do país. É preciso falar claro: o Brasil extermina seus trabalhadores e usa palavras cada vez mais difíceis para continuar fazendo nada.

■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical.
A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões,
na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.